



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**RAIANE DE LIMA SOUSA**

**A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A  
INEFICIÊNCIA DO PODER PÚBLICO.**

**SUMÉ - PB  
2014**

**RAIANE DE LIMA SOUSA**

**A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A  
INEFICIÊNCIA DO PODER PÚBLICO.**

**Artigo científico apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr Gilvan Dias de Lima Filho.**

**SUMÉ - PB  
2014**

S964o Sousa, Raiane de Lima  
A oferta da educação infantil no Brasil e a ineficiência do poder público. / Sousa, Raiane de Lima. - Sumé: [s.n], 2014.  
23p.

Orientador: Professor Doutor Gilvan Dias de Lima Filho.  
Monografia - Universidade Federal de Campina Grande;  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Educação infantil. 2. Política pública de educação.  
I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II. Título

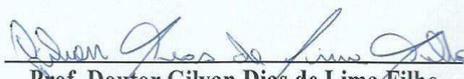
CDU 372.3 (045)

**RAIANE DE LIMA SOUSA**

**A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A  
INEFICIÊNCIA DO PODER PÚBLICO.**

Artigo científico apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

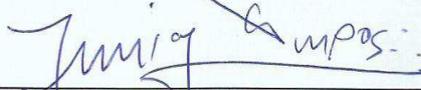
**BANCA EXAMINADORA:**



**Prof. Doutor Gilvan Dias de Lima Filho**

**UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Orientador**



**Professor Mestre Antônio da Silva Campos Júnior**

**UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Examinador**



**Professor Mestre Robson Fernandes Barbosa**

**UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Examinador externo**

Aprovado em \_\_\_\_ de Setembro de 2014

---

---

## RESUMO

---

---

O artigo apresentado é decorrência de uma revisão bibliográfica sobre o tema Educação Infantil, onde se buscou estudar o surgimento do pensamento de uma educação direcionada para crianças no contexto nacional. O objetivo deste trabalho foi estudar os impactos que as ações públicas tiveram para a oferta da Educação Infantil no Brasil, processo esse que interferiu de forma significativa na disponibilidade espacial, visto que os municípios brasileiros tornaram-se incapazes de isoladamente disponibilizar uma educação na quantidade e qualidade necessitada pelas crianças de suas respectivas localidades. Fato intensificado na década de noventa (com a municipalização) pelos escassos recursos advindos da União como também pela histórica falta de infraestrutura dos governos locais. De forma específica, a pesquisa foi direcionada para a apreciação das políticas públicas voltada para a Educação Infantil, tendo como seu firmamento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como resultado, é vislumbrado nos últimos anos avanços formais (leis e normas) no que tange a Educação Infantil, porém, os dados apresentados na pesquisa demonstram a existência de um grande déficit na oferta de escolas e creches em todo o país, um problema que deve ser o foco de estudos e políticas públicas futuras.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Políticas Públicas. Descentralização.

---

---

## ABSTRACT

---

---

The paper presented is a result of a literature review on the topic Early Education, where we sought to study the emergence of the thought of an education directed at children in the national context. The main objective of this work was to study the impact that public actions had to offer Early Childhood Education in Brazil, a process that interfere significantly in the space available, since municipalities have become unable to alone provide an education in the amount and quality needed by children in their respective localities. Fact intensified in the nineties (with the municipalization) for scarce resources from the Union as well as the historical lack of infrastructure of local governments. Specifically, the research was focused on the assessment of public policies focused on early childhood education, having as its firmament the Law of Directives and Bases of Education. As a result, it is watched in recent years advances formal (laws and regulations) regarding early childhood education, however, the data presented in the survey show that there is a large deficit in the provision of schools and nurseries throughout the country, a problem that should be the focus of future studies and public policy.

**Keywords:** Early Childhood Education. Public Policy. Decentralization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DENTRO DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>10</b>
3.1 SURGIMENTO DO PENSAMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL .....	10
<b>4 EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES .....</b>	<b>14</b>
<b>5 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E AS DÉCADA DE NOVENTA .....</b>	<b>16</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A visão da criança como um ser que necessita de atenção especial para alcançar um desenvolvimento pleno só começou a partir da Idade Média, até então as crianças eram vista como um adulto em miniatura, sendo assim não recebiam os devidos cuidados para o desenvolvimento pleno como acontece nos dias atuais.

Os primeiros movimentos sobre uma educação voltada pelas crianças partiram da necessidade da inclusão da mulher no mundo do trabalho. Eventos como as Revoluções Industriais, a Guerra Fria e a mudança do sistema econômico, trouxeram ao mundo um novo contexto social com novas necessidades de mão-de-obra para o trabalho industrial. Foi diante dessa necessidade que por iniciativa no primeiro (momento da igreja e mais tarde pelo Estado) começou-se a ofertar a Educação Infantil.

No campo nacional brasileiro a proposta que norteia até hoje o processo educacional infantil é a de Anísio Teixeira, que instituiu que a Educação Infantil deveria ser gratuita e universal a todas as crianças brasileira. Onde teria uma educação lúdica e com profissionais qualificados para desempenhar a função de educar que antes era desempenhada no seio familiar.

Mesmo diante de tantas propostas em pleno século XXI é notável que muito ainda tenha que se melhorar na proposta de garantir uma educação de qualidade as crianças brasileiras. São problemas que vão desde fragilidade de construção de políticas públicas, e implementação destas, assim como o processo de descentralização da educação que veio por não garantir o acesso de todas as crianças na escola, justificado pela a incapacidade gerencial dos municípios devidos aos escassos recursos financeiros.

Dentre desse contexto, esse trabalho é fruto de uma análise bibliográfica sobre o tema em estudo, que faz um resgate do surgimento da Educação Infantil no contexto nacional, perpassando pela garantia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata do processo de municipalização que apesar de aplicada na década noventa e ter proporcionado alguns avanços, no geral, ainda é incipiente, sobretudo, na oferta da primeira fase da educação básica, a Educação Infantil. Justifica-se pela relevância que a educação apresenta para o desenvolvimento da conjuntura social, econômica e política de qualquer nação. Cabe lembrar que é uma análise superficial cabendo novos estudos sobre o tema para contribuir assim com melhorias concretas nesse campo que merece tanta atenção, mas que tem sido tratado com descaso como divulgam os dados citado nesse estudo.

## 2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

A Educação constitui processos de ensinar e aprender. Processos estes que ocorre em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas pela criação, aceitação e modificações na cultura. Propicia a relação entre os saberes do passado e do presente e todo um conhecimento globalizado que está circulando na nossa sociedade contemporânea. A educação compartilha com o processo de cultivo de crenças, idéias e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, edificam tipos de sociedades.

Os primeiros métodos educacionais foram iniciados na família, os quais foram sistematizados na escola, com a educação formal, aquela que deve ser aplicada com o objetivo de preparar melhor o aluno para fazer uso de suas habilidades pessoais, recursos, e conhecimentos, em benefício próprio. A este respeito, comenta Velasco (1991, p. 101), “a formação do caráter do ser humano pode ser influenciada pelo meio onde se vive, porém, o mesmo possui a capacidade física, intelectual que está em constante modificação”.

Neste contexto, a educação é realizada em coletividade com todos os membros da sociedade. Para Libâneo (1994, p. 24), “a atividade educativa acontece nas mais variadas esferas da vida social [...] e assume diferentes formas de organizações”.

De acordo com Brandão (1993), a educação informal aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação); cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados.

Com base nisso Libâneo (1994, p. 17) afirma que.

A educação não-intencional refere-se às influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos. Tais influências, também denominadas de educação informal, correspondem a processo de aquisição de conhecimentos, experiências, ideias, valores, práticas, que não estão especificamente ligados a uma instituição e nem são intencionais e conscientes. E a educação intencional ou formal refere-se a influências em que há intenções e objetivos definidos conscientemente, como é o caso da educação escolar e extra-escolar.

Segundo Holanda (2001, p.251), educação é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Por sua vez, Freire (1987) nos diz que “a

educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando”.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205 diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo, por isso ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Giancaterino (2007, p.105) afirma que a “realidade educacional apresenta um contínuo de aberturas e mudanças que permitem alterações e melhoras com fins de preparar os indivíduos para o convívio na sociedade”.

Portanto, se pode ver a educação como uma sucessão de mudanças permanentes de assimilação e construção da nossa realidade, sejam elas positivas ou negativas na constituição dos sujeitos.

A educação, por isso, não é a atividade de um sujeito pronto e constituído fora da transformação das condições objetivas. Deve ser “a atividade de um sujeito que, ao enfrentar o desafio de mudar o mundo, enfrenta também o desafio de promover sua própria transformação” (Konder, 1992, p. 117). De acordo com Loureiro (2006, p. 149) “a força educativa inovadora está na capacidade de trabalhar com a racionalidade e com as paixões, com a escolha e com a necessidade, com o fato objetivo e com as crenças, refletindo e agindo”.

Continuando o que afirma o referido autor, tem-se que:

A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e o limite de opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na História modificando-a e sendo modificado no processo de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade. (LOUREIRO, 2006, p. 149).

Com base nas discussões apontadas, entende-se a educação como um processo de desenvolvimento que envolve a capacidade física, intelectual e moral do ser humano, e, sobretudo, o poder que o indivíduo tem de exercer sua cidadania, partindo do lugar onde vive a favor do seu crescimento individual e coletivo.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DENTRO DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

#### **3.1 SURGIMENTO DO PENSAMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL**

Ao longo da história principalmente no período da Idade Média as crianças eram vistas com um aspecto diferente que hoje. Entendia-se que criança era apenas um adulto em miniatura, ou pior ainda como um ser impuro, não necessitando de cuidados especiais para o seu desenvolvimento pleno, sendo assim, não havia também o pensamento de uma educação voltado para os pequenos com a finalidade de garantir um desenvolvimento das condições psíquicas e sociais.

Somente por volta do século XVI por incentivo da igreja iniciou-se as primeiras incitações sobre a educação infantil, processo esse que tinha um caráter assistencialista e religioso, estava inseto da participação do Estado ou de qualquer mecanismo deste. Eram as “escolas de caridade” ou “escolas de damas” (Oliveira, 1994, não paginado). Mas esse movimento não foi capaz de modificar a visão da criança como um adulto em miniatura. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII houve uma mudança sobre essa visão.

Um marco que deve ser destacado quanto a esse rompimento foi o período da Revolução Industrial na Europa, esse evento mudou todo o modo de produção social, e assim transformou a sociedade da época. A Revolução industrial trouxe consigo outros eventos como afirma (LIMA e SILVA, 2013, p.611 *Apud* Lima, 2007): trouxe outras revoluções dentre elas o pensamento concreto sobre educação na idade infantil a ser garantida como um direito social fruto das cobranças de uma sociedade que passará por muitas transformações de cunho político, econômico, social, dentre outros.

No desenrolar da História muitos eventos aconteceram como Revoluções Industriais, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria que trouxeram um novo sistema econômico a ser difundido pelo mundo, como também potências econômicas que criaram uma hierarquia demarcando países pelo nível de desenvolvimento econômico.

É nesse contexto do sistema capitalista que surge o sentimento de mudança por uma sociedade que seja capaz de acabar com a fome e a miséria pautado na premissa de garantir os direitos sociais. Desse modo, os países considerados desenvolvidos economicamente lançaram pressupostos sobre a educação infantil como proposta de intervenção aos países em desenvolvimento. Sobre isso temos a afirmação de (RIZZINI, 1997, p.24):

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram a era industrial capitalista no século XIX, a infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. “A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado.

Diante dessa informação percebe-se que a educação passa a ser um dever de toda a sociedade de forma integrada e como uma competência do Estado, onde a educação é vista como um mecanismo de crescimento e desenvolvimento material (econômico).

### 3.2 SURGIMENTO DO PENSAMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO NACIONAL

No Brasil, o recolhimento dos menores no Rio de Janeiro no período do Império marca as primeiras preocupações ativas do Estado com as crianças. Contudo, não havia nenhuma política pública voltada para a Educação Infantil. Uma iniciativa que vale ser destacada foi o I Congresso Proteção à Infância em 1922 com o tema ‘Infância e Mortalidade’ em que se apontava a ‘falta de higiene’ como o principal agente causador da mortalidade infantil (LIMA; SILVA, 2013, p. 612). Pelo tema do congresso observa-se que a educação das crianças ainda não era prioridade do governo da época, já tratava sobre questões de saúde, mas, no entanto, foi um passo importante para a discussão a respeito da situação de descaso vivida pelas crianças daquela época.

A partir disso inicia-se de modo muito primário com a participação tanto do Estado como também da instância privada uma proposta voltada para a Educação Infantil. Tudo isso sob forte pressão do mercado, tendo em vista que a industrialização era incipiente, e os investimentos na educação era um fator fundamental para o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada futura para o mercado de trabalho interno. Paralelamente, também foi criada a abertura de oportunidades da mulher ingressar no mercado de trabalho e para esse ingresso no mercado se fez necessário pensar em um local para que as mulheres pudessem deixar as crianças.

Mais tarde frente aos interesses do capitalismo foi realizada 1ª Conferência Nacional de Educação em 1927, onde foram discutidas as questões propostas no I Congresso também realizado no Rio de Janeiro. Mas todas essas ações não geraram de fato algo expressivo que

pudesse ser transformador no campo das políticas públicas de cunho educacional infantil. Assim era cada vez mais visível esse grande problema social que era ignorado pelo Estado, como afirma Marquez (2006, p. 106)

Uma maneira de disfarçar as desigualdades gritantes entre as crianças era fornecer uniformes às crianças trabalhadoras, disciplinando suas atividades e, separando trabalhadores infantis de menores delinquentes, e ambos das crianças bem nascidas. Sempre se tentou ocultar a verdadeira situação das crianças pobres, procurando preservar a imagem do governo. Pouco se investia em soluções, e o que se fazia era publicado como se o problema da pobreza estivesse resolvido.

Diante dessa citação pode ser percebido que o governo não tinha como intuito de resolver os problemas, apenas maquiagem e ocultar o grande problema social vivido. A década de trinta conforme cita (LIMA; SILVA, 2013, p. 613 *apud* LIMA, 2007) Anísio Teixeira esboça a implantação de escolas públicas, gratuitas de todos os níveis no Brasil, defendendo que a escola pública deveria ser de tempo integral tanto para professores como para alunos, laica e obrigatória, a exemplo do que fizera na criação da Escola Parque de Salvador.

Anísio Teixeira deve ser destacado como um dos principais propulsores da educação, da proposta de educação infantil no século XXI. Defendia o alvitre que a educação deveria ser municipalizada por achar que é no município onde a realidade local é percebida, onde as políticas podem ser melhores desenvolvidas. Para manter essas escolas os recursos seriam advindos de um fundo que custearia a manutenção.

Mesmo sabendo de tantos problemas é inegável as melhorias no magistério no quesito Educação Infantil, contudo este ainda enfrentava muitos desafios como a falta de qualificação profissional, infraestrutura precária, salários e propostas curriculares defasadas. Sendo assim, constata-se que as propostas de Anísio Teixeira foram fundamentais para a criação de uma educação para a prática infantil decente, mas da forma como as políticas foram implementadas não foi possível que todas as crianças tivessem o direito de estar na escola garantido, sendo um privilégio de apenas alguns. Logo, em decorrência do exposto não se pode afirmar que estas políticas atingiram a proposta do idealizador.

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25)

Destaca-se que entre os anos de 1920 até 1932 aconteceram significativas mudanças sociais no que diz respeito à vida da mulher e das crianças. As políticas públicas sociais desenvolvidas na época assim como o processo de industrialização vivido, impuseram a necessidade de um acréscimo de mão-de-obra e melhoramento de sua qualificação para sua inserção no mercado. Nesse período mudou-se a visão das creches e escolas maternas entraram no rol das discussões e mais tarde estas foram inseridas na Educação Básica dando assim os primeiros passos (LIMA; SILVA, 2013, p.614). Tendo em vista que a criação das escolas infantis e creches seriam instrumento fundamental para a inserção da mulher no mercado de trabalho, ou seja, era uma necessidade no novo modelo industrial.

Algumas barreiras culturais foram rompidas nesse período, apoiados em estudos e necessidades sociais. Rompeu-se a idéia que a escola maternal era um local que deveria exclusivamente abrigar crianças com necessidades especiais ou aquelas que estavam em estado de abandono familiar. A escola infantil passa a ser então um importante espaço para ajudar mulher ao deixar a criança em ambiente seguro para que assim pudesse efetivamente adentrar no mundo do trabalho.

Esse fato vai alterar profundamente a estrutura social vigente, dessa forma essa nova estrutura familiar usou a escola como um local para deixar os infantes enquanto as mães estavam em atividade no mercado de trabalho. Mas não era somente de um ambiente seguro que a escola deveria oferecer, também era fundamental ter pessoas com capacidade para educar de forma lúdica as crianças. Sobre isso se tem como ratificação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4.024/61, que inspirada no processo de crescimento industrial brasileiro contemplou em seus artigos 23 e 24 o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em escolas maternas ou jardins de infância. Contudo, essa condição não foi universal e ainda caminhava a passos lentos e sob pressão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund* – UNICEF). (LIMA, SILVA, 2013, p.614)

A partir da Constituição Federal de 1988, expresso em seu artigo 205 a educação tornou-se um direito de todos e uma obrigação do Estado e da família, devendo, por isso ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ficou instituído também que creches e pré-escolas ficavam incluídas na Educação Básica, devendo ser garantido a todas as crianças. Contudo, até o presente isso ainda não está ofertada a todos, mesmo com a ratificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96

no artigo 29 que afirma que as creches e as pré-escolas fazem parte da primeira fase da Educação Básica.

Ressalta-se que apenas garantir na lei que todos tenham acesso a Educação Infantil não resolve, observa-se que apenas da necessidade e das ações de governo, a esfera municipal se esquivava da sua obrigação para a Educação Infantil. Para tentar sanar os problemas que impedem uma melhoria nos quesitos de infraestrutura, baixos salários e má formação dos profissionais da Educação Infantil foi aprovado, no ano de 2001, a Lei nº 10.172/2001 – o Plano Nacional de Educação, que teve por objetivo principal estabelecer as metas para todos os níveis de ensino (BRASIL, 2011)

Todos esses esforços governamentais têm como propósito garantir a todas as crianças brasileiras o mínimo de qualidade para atendê-las, e torná-las cidadãos com seus direitos mínimos assistidos. Sabe-se que esse ideal ainda está longe de ser alcançado apesar dos notórios avanços, tendo em vista que alguns governos se negam em suas ações governamentais assumir esse compromisso que é dever do Estado garantir a toda criança brasileira.

#### **4 EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES**

A Educação Básica tem suas bases na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96. A parte que compete a Educação Infantil (primeira etapa do processo formal educativo) está afirmada no Artigo 22 da lei supracitada, garantindo assim que toda criança tenha uma educação pautada nos ideais de cidadania e desenvolvimento integral humanitário. De acordo com a lei a educação infantil será oferecida em creches (ou entidades equivalentes), para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

O processo de formulação dessa lei apesar de sua inegável importância caminhou a passos lentos na tramitação de aprovação e ainda existem alguns artigos e capítulos que são apenas simbólicos, ou seja, ainda não estão sendo postos em prática.

O artigo 28 inciso IV legitima que a Educação Infantil é dever do Estado sendo esta garantida a todas as crianças. No entanto, o que se percebe é que esse aspecto tem o caráter meramente simbólico em muitos municípios brasileiros, tendo em vista que nem todas as crianças brasileiras em diversas localidades têm acesso a creches e pré-escolas, ou pela

ausência destas ou pelo número de vagas que não atendem a demanda (Reis, Cunha *Apud* Correa 2002). Ainda percebe-se uma lacuna nessa legislação onde faculta o direito a família de matricular ou não a criança antes de completar os 07 (sete) anos de idade. Caso a família queria matricular a criança e no local onde é domiciliada, esta pode se utilizar do mecanismo jurídico para garantir a educação como pode-se constatar na citação seguinte:

(...) uma nova lógica se impõe, dado que qualquer família que deseje colocar sua criança numa creche ou pré-escola e não encontre uma vaga pode recorrer à própria Promotoria Pública para que esta, baseada fundamentada na Constituição Federal, acione o Estado a fim que este cumpra seu dever (REIS, CUNHA *apud* CORREA 2002, p.18).

Essa decisão jurídica é baseada no artigo 25 da Constituição Federal que garante a educação básica a todos os brasileiros como sendo um dever do Estado e da família. Esse mecanismo jurídico exige que o Estado enquanto instituição deve atender as necessidades da sociedade principalmente as camadas menos favorecidas no que diz respeito à escolarização.

Cabe lembrar ainda que a educação universalizada também é fruto dos vários movimentos sociais como o feminista que defendia a inserção da mulher no mercado de trabalho e lutaram por ambientes educativos de boa qualidade para atender aos filhos. Dessa forma entende-se que esta transformação é fruto de uma dada sociedade e um contexto vivido.

A partir da década de oitenta houve novas exigências no quesito educação. Além da exigência de uma Educação Infantil universal começou-se uma busca por um espaço sadio conjuntamente com contribuições pedagógicas e psicológicas que dotassem a criança a ter um desenvolvimento compatível. Desse modo, a idade infantil deve ser bem trabalhada, pois psicologicamente ela traz grandes contribuições na vida adulta. Os subsídios dos campos pedagógico e psicológicos estão expressos na própria redação da LDB. Nas entrelinhas da elaboração da lei também é cabível conter interesses em prol dos legisladores que nem sempre reproduzem a vontade da sociedade que delega a ele o poder de representar.

Um ponto que merece destaque de discussão na LDB é o caso da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério (FUNDEB) fruto de um modelo de gestão democrática, sendo na prática um mecanismo de descentralização das ações governamentais no campo educacional. Este fundo responsabiliza a esfera municipal pela oferta da educação infantil, enquanto que a União fica somente com a carga de fiscalizar, criar e manter as políticas para todo o país.

Esse novo modelo veio a dificultar a oferta de disponibilidade de escola para atender a primeira fase da educação infantil, já que os municípios até então davam prioridade ao ensino

fundamental que já era anteriormente uma responsabilidade. Essa questão deve ser vista como um ponto crucial para compreender melhor o real motivo que a educação infantil passa por tantos problemas estruturais ainda nos dias de hoje. A raiz da questão é que os municípios não estavam estruturados para receber o papel de ofertar creches e pré-escolas, além do mais os valores por criança recebido do FUNDEB pelos municípios é insuficiente para o investimento da infraestrutura, dos ambientes e no quadro do magistério.

Frente a toda essa necessidade, a educação acaba marcada por políticas frágeis, afirmação norteadas pelos agravantes dados que mostram uma realidade de pouca oferta para a grande demanda exigida. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 1975 a 2006 houve um aumento de apenas 1% na quantidade de crianças matriculadas no ensino infantil. Esses dados são fundamentais para notar como há um descaso com a oferta da Educação Infantil, que mesmo após tantas décadas passadas, criação de leis específica e melhorias econômicas não tem como proposta um investimento sério na educação das crianças e jovens brasileiros.

Essas questões devem ser sempre postas a um debate incansável. Pois é notório as políticas estarem como um olhar mais voltado para a educação fundamental e o Ensino Médio enquanto que a fase da educação infantil está somente garantida na lei fato esse que não vai mudar em nada a realidade das crianças brasileiras.

## **5 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E AS DÉCADA DE NOVENTA**

A década de noventa é marcada no Brasil pelo processo de descentralização da educação infantil. Este fenômeno tem sido alvo de análise, como também é objeto de estudos do meio acadêmico. Pois se busca compreender por que esse modelo não tem se mostrado tão eficiente como deveria, levando em consideração que os municípios brasileiros são instâncias mais próximas das realidades locais e com o devido suporte técnico da União deveriam implementar melhor a atual política de educação que lhe é delegada. Sobre a má gerência educacional infantil temos as considerações de Castro e Duarte, (2008, p. 12)

A indução da municipalização do ensino fundamental sem controle social efetivo e sem a devida colaboração e assistência da instância estadual e federal pode, em alguns casos, trazer sérios impactos nos resultados educacionais. Parte dos recursos subvinculados pode se perder ou ser utilizada de forma pouco criteriosa pelas administrações locais, correndo-se o risco de acarretar grandes prejuízos à

manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, objetivo principal da criação do Fundef

A descentralização ou municipalização das políticas governamentais fazem parte dos ideais de sociedades democráticas, assim como a interferências dos organismos internacionais, e as ações das políticas externas ditam as regras no processo para chegada ao almejado crescimento econômico.

Nessa caminhada pelo desenvolvimento econômico o Brasil se submete a políticas de instituição internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) dentre outras organizações que investem como também cobram melhoria nos índices do desenvolvimento humano da população do país.

Conforme notificação do Banco Mundial (1992), a melhoria da educação primária nos países em desenvolvimento exige esforço em pelo menos três frentes: na aprendizagem; na preparação e na motivação dos mestres; e na administração dos sistemas educacionais (LOCATELLI, 2011). Diante dessa proposta, percebe-se que o caminho para se conseguir uma melhoria significativa na educação infantil está ancorada em um tríplice que é fundamental para se chegar ao ponto que possa garantir uma educação de qualidade as crianças. Não se pode esperar que essas melhorias aconteçam em curto prazo, o que se deve almejar de fato é que estas venham paulatinamente.

A década de noventa houve essa necessidade de repensar a Educação Infantil numa proposta a atender as expectativas dos mecanismos internacionais como também uma nova realidade pautada nos avanços tecnológicos e de uma nova ordem econômica. Essas ideias de democratização permitem uma sociedade mais participativa e assim que sua voz e anseios sejam atendidos.

Para definir as melhorias na educação dos países periféricos foram realizadas diversas conferências com a ONU, BIRD, UNESCO, UNICEF dentre outras com a pretensão de analisar os problemas que afligem as crianças no quesito educacional segundo a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990, p. 01):

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário:
- mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento:

- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais: e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais

Com base nos dados do documento apresentado, referentes à educação são alarmantes as condições educacionais e conseqüentemente sociais da população dos países periféricos. Cabe salientar que estes investimentos dos organismos citados acima engessam a situação do país que recebe os investimentos (endividamento), causando instabilidade econômica e péssimas condições nos serviços de saúde, educação, e altas taxas de violência.

A Declaração Mundial sobre Educação salienta que a questão educacional interfere diretamente nas condições de vida da população. Desse modo, melhorar esse quesito é fundamental para o aditamento das condições sociais da população como bem está expressa no trecho a seguir:

[...] Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;

[...]Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; [...]

Dessa forma a educação é vista como um instrumento capaz de mudar a realidade social desses países visando alcançar um desenvolvimento sustentável. Para que esse fim seja alcançado é necessária a universalização e a garantia que todas as pessoas tenham acesso a educação digna.

O atual padrão brasileiro não segue a proposta de Anísio Teixeira na década de oitenta, pois, não houve articulação entre União e municípios a partir da proposta de montar um alvitre que construísse uma educação articulada com saúde, previdência social dentre outros fatores sociais que fossem capazes juntos de impactar uma mudança comportamental e de bem-estar social.

Conforme Azevedo (2002, p. 49) a “[...] descentralização é considerada um instrumento de modernização gerencial da gestão pública, pela crença nas suas possibilidades de promover a eficácia e a eficiência dos serviços concernentes”.

No Brasil a descentralização da educação não conseguiu instrumentalizar a essência da proposta, pois, a educação infantil estando cargo dos municípios seguiu em via contrária da proposta, já que essa mudança que vem dificultando o acesso a todas as crianças a escola visto que os municípios se dizem incapazes de arcar com as despesas educacionais. Deve ser ressaltado que a avaliação feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) constatou que o valor médio do aluno na creche em 2007, no FUNDEB, foi de R\$ 1.057/ano, bem abaixo do custo efetivo, pois segundo pesquisa realizada o custo seria de aproximadamente R\$ 2.866,78/ano. Ao considerar a pré-escola, o valor médio do aluno em 2007, foi de r\$ 1.189,25/ano, pouco abaixo do custo levantado pela pesquisa feita pela CNM/UFRGS, de aproximadamente R\$ 1.252,5/ano.

Diante dessa árdua realidade na década de oitenta, houve o incentivo de participação dos municípios, em programas de parcerias. Criou-se e multiplicaram-se os convênios entre Estados e municípios, com vistas ao transporte de alunos, a merenda escolar, as construções escolares, e a municipalização do ensino pré-escolar.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEB) foi a proposta de autogestão criada pelo governo Federal que logrou êxito. Visto que as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 1999) que aponta para uma consolidação de seu efeito distributivo, tendo realocado os recursos disponíveis para a educação na maioria dos municípios brasileiros, além de ter aumentado a matrícula nos níveis estaduais e municipais do Ensino Fundamental, que passou, por exemplo, logo no início da implantação do fundo, de 30.544.591, em 1997, para 32.433.212, em 1998 (Veiga, Costa, Fortes, 1999). Já no ano de 2013, o número de matrículas da educação básica atingiu 40.366.236 alunos (Tabela 1).

Tabela 1 - Matrículas da educação básica nas escolas regulares e especiais

<b>Ano</b>	<b>Número de matrículas</b>
<b>1997</b>	30.544.591
<b>1998</b>	32.433.212
<b>2010</b>	42.986.815
<b>2011</b>	42.054.071
<b>2012</b>	41.119.253
<b>2013</b>	40.366.236

Fonte: INEP

São manifestos os avanços, contudo, não são dignos de comemoração já que o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano/2006 elaborado pelas Nações Unidas aponta que 76% das crianças não frequentam creche no Brasil. Outro dado agravante referente ao assunto é o acesso de crianças de origem pobre, que corresponde a somente 3%. Segundo os dados da PNAD, em 1995 o Brasil possuía 21.375.192 crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade, sendo que 56,5% delas tinham entre 0 e 3 anos e 43,5%, entre 4 e 6 anos. Do universo de 0 a 6 anos, 25,1%, ou seja, 5.358.400 frequentavam creches ou pré-escolas. Isto significa que foram absorvidos 47,8% do total (9.301.712) de crianças de 4 a 6 anos e 7,6% do total (12.073.712) de 0 a 3 anos (OEI, 2003, p.69). Em outros termos, no universo de crianças de 4 a 6 anos, praticamente a metade passou a frequentar uma creche ou uma pré-escola, enquanto que, entre 0 a 3 anos, a frequência ainda era muito restrita. Como conclusão sobre esses dados se percebe que o debito é exorbitante do Estado brasileiro no tocante a educação infantil.

Os dados apresentados mostram uma série de problemas que agravam a oferta e a eficácia da educação infantil no Brasil que são cabíveis de discussão assim como há uma notável necessidade de políticas mais consistentes para que haja de fato um melhoramento. A realidade ainda está longe de contemplar essas mudanças na perspectiva de atender as necessidades. É preciso um compromisso mais firme dos municípios em não renegar o seu dever de ofertar uma educação de qualidade, para isso os municípios como instâncias federativas autônomas necessita vencer os embates políticos e ser capaz de planejar e implementar uma condição suficiente e satisfatória no que tange a educação infantil visando propagar ideais cidadão conforme normatiza as recomendações nacionais e internacionais.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os problemas que interferem na oferta de Educação Infantil no Brasil são muitos, somente a garantia na lei não é suficiente para cobrir a oferta existente. Outro fato que pode ser citado como um empecilho a universalização da Educação Infantil foi o processo de municipalização desta, que apesar dos avanços principalmente nos anos 2000 quando houve de fato uma descentralização mais acentuada em todo o país não foi suficiente para suprir a demanda. No período citado anteriormente houve aumento significativo na oferta de matrícula que em parte se deve a alocação de recursos por parte dos municípios onde a União usa o

percentual de matrículas para a destinação de recursos e isso fez com que os governos municipais se sentissem atraído pela alocação dos recursos.

Acredita-se que o novo incentivo em forma de financiamento através do fundo da educação básica seja um estímulo para que os governos locais, responsáveis pelo fornecimento deste nível de educação, ampliem a oferta de modo que o direito à educação seja garantido de forma equânime para toda a população.

Mesmo assim todos esses avanços citados não são dignos de comemoração, tendo em vista que muito ainda deve ser feito. Pois somente garantir o acesso a matrícula é permanência na escola não é o bastante. É necessário garantir de fato a universalização como também primar pela eficiência e isso é alcançado com infraestrutura adequada como também o quadro do magistério.

Diante dessas considerações se faz necessário que os governos promovam ações que tragam avanços significativos em todo o ensino básico, mas que dê uma ênfase especial à oferta da Educação Infantil, pois está é de fundamental importância para garantir que o aluno tenha um bom desempenho nos demais ciclos da educação.

Desse modo, conclui-se que diante do quadro apresentado, são necessários maiores proventos para o segmento citado, bem como, melhorias na destinação desses recursos com equilíbrio entre o rateio realizado pelas três esferas de governo.

No mais se pode sugerir novas pesquisas acadêmicas sobre o tema em estudo, pois, este é um assunto de curso contínuo.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, nº 80, p. 49-71, set. 2002.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BECKER, Fernanda da Rosa. **Educação infantil no Brasil: a perspectiva do acesso e o financiamento**. Disponível em < <http://www.rioei.org/rie47a07.htm> > acesso dia 01 de setembro de 2014

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. PCB 04/2000 – Parecer da Câmara de Educação Básica**. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, 2006.

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. (1990). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2011 educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Gastos com educação: Sumário Executivo: RELATÓRIO PRELIMINAR do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação 2003. < Disponível em: [http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/gasto\\_educacion2003.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/gasto_educacion2003.pdf) > Acesso dia: 13 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien**, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso: dia 13 de julho de 2014.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de, DUARTE, Bruno de Carvalho. **Descentralização da Educação pública no brasil: trajetória dos gastos e das matrículas**. Brasília, agosto de 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANCATERINO, R. **Escola, professor, aluno: Os participantes do processo educacional**. São Paulo: Madras, 2007.

INEP. **Educação para Todos: avaliação do ano 2000, informe nacional**. Brasil. Brasília, 2000.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** - São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, P. G. **Fundamentos teóricos e práticas pedagógicas**. Engenheiro Coelho/SP: UNASPRESS, 2007.

LIMA, Paulo Gomes, SILVA, Karin Massirerda. Políticas públicas para a Educação Infantil: um olhar sobre a Realidade de Dourados-MS. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11 v.02 ago.2013, ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

LOCATELLI, Cleomar. A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: resultados e consequências <Disponível em <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DE\\_EDUCACAO/A\\_POLITICA\\_DE\\_DESCENTRALIZACAO\\_NA\\_EDUCACAO\\_BRASILEIRA\\_RESULTADOS\\_E\\_CONSEQUENCIAS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/A_POLITICA_DE_DESCENTRALIZACAO_NA_EDUCACAO_BRASILEIRA_RESULTADOS_E_CONSEQUENCIAS.pdf)> Acesso: 15 de Julho de 2014.

LOUREIRO, Carlos F. B. Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

MARQUEZ, C. G. **O Banco Mundial e a Educação Infantil no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiás, 2006.

NETO, E. dos S. & SILVA, M. R. P. da. **Quebrando as armadilhas da adultez: o papel da infância na formação das educadoras e educadores**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

REIS, Fabio Pinto Gonçalves dos, CUNHA, Delcimar de Oliveira. **Políticas públicas e a educação infantil brasileira: Problemas, embates e armadilhas**. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/j8gtx/pdf/pimenta-9788578791216-06.pdf>>. Acesso dia: 01 de Julho de 2014.

RIZZINI, Irene. **O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

VEIGA, L.; COSTA, B. L. D.; FORTES, F. B. C. T. P. **Contexto socioeconômico e descentralização financeira no ensino fundamental em Minas Gerais**. Minas Gerais. Preal Debates, n. 5, dez. 1999.

VELASCO, Sérgio Lopes. **Reflexões sobre Filosofia da Libertação**. Campo Grande: Cefil. 1991.